COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 2.353, DE 2015

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, uniformizando o conceito de pescador artesanal e dá outras providências.

Autor: Deputado ALFREDO NASCIMENTO

Relator: Deputado CELSO MALDANER

I - RELATÓRIO

Para fins de enquadramento de pescadores artesanais e assemelhados na condição de segurados especiais da Previdência Social, o Projeto de Lei nº 2.353/2015 visa uniformizar o conceito de pescador artesanal constante na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. Assim, o conceito passa a ser consentâneo ao dado pela Lei nº 11.959, de 2009, que “dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967, e dá outras providências”.

Com objetivo semelhante ao da proposição principal, o apensado Projeto de Lei nº 4.017/2015, do nobre Deputado Ronaldo Carletto, visa estabelecer novo conceito de pescador artesanal na já mencionada Lei nº 8.213/1991 e também na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”.

Com a alteração legal pretendida pelo PL nº 2.353/2015, o conceito de pescador artesanal para fins de seu enquadramento como segurado especial da previdência social passa a ser o referido no artigo 8º da Lei nº 11.959/2009.

De acordo com a justificação do proponente, a regulamentação da Lei 8.213/1991 estabelece que a pequena embarcação utilizada por pescador artesanal deve ter arqueação bruta igual ou inferior a **10**, enquanto a Lei nº 11.959/2011 e o órgão federal de pesca e aquicultura definem em **20** o limite da arqueação bruta de pequenas embarcações. Desse modo, cria-se disparidade de tratamento jurídico para pescadores que são considerados artesanais por uma Lei e não por outra.

Por sua vez, o apensado PL 4.017/2015 faz referência ao art. 4º da Lei nº 11.959/2009 para contemplar no conceito de pescadores artesanais das leis previdenciárias todos os processos de pesca, exploração, cultivo, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros que forem desenvolvidos em regime de economia familiar, bem como os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto de pesca artesanal.

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Seguridade Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD); a mesma tem tramitação ordinária e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Nesta CAPADR, foi apresentado parecer favorável à proposição principal pelo então relator, Deputado João Carlos Bacelar. Posteriormente, houve o apensamento do PL nº 4.017/2015, a matéria retornou para apreciação desta comissão. Nesta CAPADR não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.353/2015, do nobre Deputado Alfredo Nascimento, visa harmonizar o conceito do que seja pescador artesanal da Lei nº 8.213/1991, com o da Lei nº 11.959/2011, para fins de seu enquadramento como **beneficiário especial da Previdência Social**.

O principal impacto da alteração legal proposta é aumentar de 10 para 20 o limite da arqueação bruta das pequenas embarcações utilizadas por pescadores artesanais ou assemelhados.

Por sua vez, também para fins de enquadramento como beneficiário especial da Previdência Social, o apensado Projeto de Lei nº 4.017/2015, do ilustre Deputado Ronaldo Carletto, visa expandir o conceito de pescadores artesanais, contemplando todos os que realizem, em regime de economia familiar, processos de pesca, exploração, cultivo, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros, bem como os que realizem atividades de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, de reparos em embarcações de pequeno porte e de processamento do produto da pesca artesanal.

Entendemos que as alterações legais propostas pelos Projetos de Lei nº 2353/2015 e 4.017/2015 são meritórias, por assegurar os benefícios da Previdência Social para pescadores artesanais ou assemelhados e outros trabalhadores envolvidos com a atividade pesqueira artesanal que têm tipicamente o perfil de segurados especiais.

Desse modo, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.353/2015 e do Projeto de Lei nº 4.017/2015, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CELSO MALDANER
Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.353, DE 2015

Altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir novo conceito ao pescador artesanal, para fins da Seguridade Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

VII -

.....

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida, conforme estabelecida no caput e parágrafo único do art. 4º e no inciso I, alínea “a”, do art. 8º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. (NR)”

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

VII -

.....

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida, conforme estabelecida no

caput e parágrafo único do art. 4º e no inciso I, alínea “a”, do art. 8º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CELSO MALDANER
Relator

2016-6056.docx